



O PERFIL DE LIDERANÇA DA MULHER NEGRA NO PÓS-COLONIALISMO

*Márcia Gomes de Oliveira*¹

Resumo: Este artigo visa problematizar acerca de minorias marginalizadas, aqui em destaque a comunidade negra da periferia, do candomblé, do axé, uma minoria ainda mais invisibilizada pelo classismo, pelo racismo e pela intolerância religiosa. Tal condição iniciou com o aniquilamento da sua história pela elite dominante, sobretudo a elite europeia, branca e escravista que perdura até hoje, ocasionando um desconhecimento de muitas pessoas da própria origem e suas descendências, esta escrita busca enaltecer, valorizar a história desta comunidade visibilizando a raça e cultura negra levando em conta, principalmente a sua ancestralidade, uma vez que para falar de um povo é necessário conhecer suas raízes, seu passado e sua história. O perfil de liderança da mulheridade negra foi traçado ainda no período colonial quando não havia distinção entre um trabalho realizado pela mulher negra e o homem negro, muitas mulheres tornaram-se líderes justamente por conta dessas condições, era uma resistência que virou legado, pois hoje sabemos dessas mulheres, protagonistas de suas histórias e da nossa história.

Palavras-chave: Minorias. mulher negra. história. liderança.

LEADERSHIP PROFILE OF BLACK WOMEN IN POST-COLONIALISM

Abstract: This paper aims to problematize marginalized minorities, highlighting the black community of the periphery, candomblé, axé, a minority still more invisible by classism, racism, and religious intolerance. This condition started with the extermination of its history by the dominant elite, especially the European, white, and enslaving elite that endures today, causing a lack of knowledge of many people of their origin and their descendants. This writing explores to praise and enhance this community's history, visualizing the black race and culture, taking into consideration, mainly its ancestry, since to speak of people, it is necessary to know its roots, past, and history. Black women's leadership profile was traced back to the colonial period when there was no distinction between black women and black men's work. Many women became leaders precisely

¹Mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal do Tocantins, Professora de Língua Portuguesa & Literatura e Pesquisadora das questões de Gênero, Raça e Religiosidades. E-mail: gomesmrcia@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4559-7969>

because of these conditions. It was a resistance that became a legacy because today we know about these women, protagonists of their stories, and our history.

Keywords: Minorities. Black woman. History. Leadership.

EL PERFIL DE LIDERAZGO DE LA MUJER NEGRA EN EL POSCOLONIALISMO

Resumen: Este artículo tiene como objetivo problematizar sobre las minorías marginadas, destacándose la comunidad negra de la periferia, del *candomblé*, del *axé*, una minoría aún más invisible por el clasismo, el racismo y la intolerancia religiosa. Esta condición comenzó con el aniquilamiento de su historia por parte de la élite dominante, especialmente la élite europea, blanca y esclavista que perdura en la actualidad, provocando un desconocimiento de muchas personas sobre su propio origen y sus descendencias. Este escrito, busca enaltecer, valorar la historia de esta comunidad mostrando la raza y cultura negra teniendo en cuenta, principalmente, su ancestralidad, ya que para hablar de un pueblo es necesario conocer sus raíces, su pasado y su historia. El perfil de liderazgo de la mujer negra se remonta al período colonial cuando no existía distinción entre el trabajo realizado por mujeres negras y hombres negros. Muchas mujeres se convirtieron en líderes precisamente por estas condiciones, fue una resistencia que se convirtió en un legado, porque hoy sabemos de estas mujeres, protagonistas de sus historias y de nuestra historia.

Palabras clave: Minorías. Mujer negra. Historia. Liderazgo.

LE PROFIL DE FEMMES NOIRES D'AVANT-GARDE AU POST-COLONIALISME

Resumé: Le présent article cherche à discuter sur les minorités marginalisées, notamment la communauté noire de la périphérie, du *cambomblé*, du *axé*, une minorité pas visible à cause du classisme, par le racisme aussi et l'intolérance religieuse. Cette condition a eu debout avec l'annulation de l'histoire par l'élite dirigeante, surtout l'élite européenne, blanche et esclavagiste, ça dure jusqu'à aujourd'hui, en provoquant la méconnaissance à plusieurs des gens de leur propre origine et ses descendances. Ce texte cherche à y magnifier et valoriser l'histoire de la communauté pour la visibilité de la race et culture noire, considère en particulier son ancestralité, ainsi pour parler d'un peuple il faut connaître ses racines, son passé et son histoire. Le profil de leadership des femmes noires c'était dessiné au période colonial, quand il n'existait pas la distinction entre le travail réalisé par les femmes noires et les hommes noirs. Plusieurs des femmes sont devenues dirigeantes seulement à cause de ces conditions, c'était une résistance qui symbolise



l'héritage, car on connaît ces femmes, protagonistes de ses propres histoires et de la notre aussi.

Mots-clés: Minorités. Femmes noires. Histoire. Leadership.

1- INTRODUÇÃO

Quando trazidos para o Brasil pelos europeus no período colonial, negros e negras trouxeram junto sua cultura, linguagem, seus modos e suas histórias de vida, pois muitos foram arrancados de suas realidades e introduzidos em novas vivências, inclusive que se contrastavam muito com o que viviam em solo nativo, nesse contexto muitos tornaram-se conhecidos por seu protagonismo nas variadas formas de resistir à escravidão.

Como mencionado anteriormente, muitos africanos eram parte de uma elite local em suas comunidades, eram respeitados, seguidos e servidos, é o caso da princesa Aqualtune, filha do rei Mani-Kongo, respeitada por seu papel nas terras congolezas, veio ao Brasil após ver seu pai e seu reino derrotados na Batalha de Ambuíla,² contra as forças angolanas e portuguesas pelo controle do território de Dembos, que separava Angola e Congo, totalmente invisibilizada pela história afro-brasileira em livros didáticos e paradidáticos, mesmo sendo do conhecimento da sociedade a lei 10.639,³ Aqualtune é uma figura muito importante para a história e cultura negra, antes, durante e após o período colonial.

Ela ressignificou a liderança feminina de luta dentro do sistema escravocrata e passou isso para seu povo, sua comunidade e seus herdeiros, inclusive nós enquanto povo preto e, portanto, descendentes afro-brasileiros; nesse sentido que sua história não deveria passar despercebida sobretudo nas aulas de história do Brasil, é, pois, desse legado que dialogamos acerca das religiões de matriz africana na especificidade do candomblé. Como aqui os negros não eram tratados dignamente, ao chegarem tiveram sua cultura negada e excluída caracterizando opressão por parte do sistema escravocrata, isso fez com

² A batalha de Ambuíla ocorreu em 29 de outubro de 1665 entre o reino de Portugal e o reino de Congo pela garantia de Dembos, região formada por pequenos reinos que separava Angola de Congo, tal questão surgiu após o desejo de expansão das colônias portuguesas que ao fim da batalha saíram vitoriosas.

³ A lei 10639/03, versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira.

que seus cultos fossem além da prática de sua religiosidade, mas também uma forma de resistência.

[...] desde sempre temos relatos de uma certa preponderância das mulheres nas religiões de possessão, como na Grécia antiga com os cultos de mistério das Mênades; ou como importantes papéis sagrados, como o da adivinhação na Sibila ou da Pítia, até a África, com os cultos de Isis ou da grande mãe da Mesopotâmia, na bacia do Mediterrâneo ou na Índia. A interpretação disso tudo sempre foi elemento de polêmica; as respostas encontradas pelos estudiosos foram sempre limitadas. Lembramos autores que apontam a sobrevivência em alguns lugares do mundo de uma religião arcaica fundamentada em divindades femininas, como Grottanelli (1991) e Eliade (1975); ou ainda as hipóteses de Lewis (1972; 1993) ou aquela de Martino (1961; 143-146), com o tema do “Eros precluído”, um tema que procura mais reproduzir um símbolo que interpretá-lo. (BARBARA, 2002, p.13)

Destaca-se nesse processo escravocrata em que negros e negras tentavam sobreviver juntamente com sua cultura, linguagem e religiosidade o sincretismo religioso, tema muito visto em livros de história, indivíduos negros e negras lançaram mãos de uma estratégia para não perderem sua própria fé, inseridos no contexto do catolicismo, os escravizados passaram então a promover uma assimilação entre elementos do cristianismo e do candomblé; tal prática retardou o processo de extinção da cultura africana, muito embora todos saibam muito se perdeu, se hoje existe um legado presente nas casas de candomblé deve-se a esses ancestrais que souberam ser fiéis aos seus ensinamentos religiosos.

Partindo da ideia de que evangelizar o índio e o negro era parte fundamental da empreitada colonial, chamar intolerância religiosa de algo novo, que surgiu há pouco é uma grande falácia, ainda no período colonial as manifestações de religiosidades africanas eram consideradas pagãs, sendo magias e feitiçarias e portanto podiam sofrer sanções de acordo com o código cristão, daí advém toda a carga negativada de coisa que não presta que recaiu sobre as religiões de matiz africana e conseqüentemente de seus seguidores. Deste modo, a religiosidade negra teve efeitos marcantes no imaginário dos agentes colonizadores sob um misto de admiração e de terror encarnado nas figuras das ‘feiticeiras’ e ‘curandeiras’ (BASTIDE apud FERREIRA, 1985, p. 96); estas práticas religiosas foram denominadas de ‘curandeirismo’, ‘feitiçaria’, ‘espiritismo’ e ‘baixo espiritismo’ até a metade do séc. XX.



A partir da era colonial que condenou as práticas religiosas de matriz africana o que prosseguiu não foi muito diferente, com o início da república instituíram-se práticas legalizadas de sancionar os cultos e crenças dos irmãos da África; Ao código penal de 1890 foram introduzidos os artigos 156^o, 157^o e 158^{o4} que versam justamente sobre práticas ilegais incluindo as religiões de matriz africana, condenando definitivamente tal religião ao estereótipo de “coisa do mal” que perdura até a nossa atualidade.

Tais medidas evidenciam a associação dos cultos africanos a tudo que fosse deliberadamente desprezível, além de perigoso, a figura da religião do povo negro era deslegitimada porque estava atrelada ao não divino, ao paganismo, ao engano e ao charlatanismo; é possível também destacar alguns pontos de ordem moral e discriminatório na condenação das crenças africanas, tanto no início do século XIX como no início do século XX quando uma grande diferença é notável no tratamento em relação aos ritos africanos e o espiritismo branco.

Proteger e garantir direitos a uma população vulnerabilizada envolve muitas questões, existem uma série de lutas e embates que podem ser observadas por dentro do Estado, e todas as fontes de atuação, e de fundamentação teórica, influenciam nesse processo. A discussão conceitual e disputas do mesmo na sociedade refletem na efetividade dos mecanismos de proteção do sujeito em situação de discriminação, além do que o envolvimento ou descolamento do

⁴ Código Penal de 1890:

“Art. 156. Exercer a medicina em qualquer de seus ramos, a arte dentária ou a farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos. Penas – de prisão celular por um a seis meses, e multa de 100\$000 a 500\$000. Parágrafo único. Pelos abusos cometidos no exercício ilegal da medicina em geral, os seus atores sofrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes que derem casos.”

Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias, para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública: Penas – de prisão celular de um a seis meses, e multa de 100\$000 a 500\$000. Parágrafo 1.º Se, por influência, ou por consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação ou alteração, temporária ou permanente, das faculdades psíquicas. Penas – de prisão celular por um ano a seis anos, e multa de 200\$000 a 500\$000. Parágrafo 2º Em igual pena, e mais na privação de exercício da profissão por tempo igual ao da condenação, incorrerá o médico que diretamente praticar qualquer dos atos acima referidos, ou assumir a responsabilidades deles. (...)”

“Art. 158. Ministras ou simplesmente prescrever, como meio curativo, para uso interno ou externo, e sob qualquer forma preparada, substância de qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim, o ofício do denominado curandeirismo. Penas – de prisão celular por um a seis meses, e multa de 100\$000 a 500\$000. Parágrafo único. Se do emprego de qualquer substância resultar a pessoa privação ou alteração, temporária ou permanente, de suas faculdades psíquicas ou funções fisiológicas, deformidades, ou inabilitação do exercício de órgão ou aparelho orgânico, ou, em suma, alguma enfermidade: Penas – de prisão celular por um a seis anos, e multa de 200\$00 a 500\$000. Se resultar morte: Pena – de prisão celular por seis a vinte e quatro anos.”

conjunto social na materialização (em forma de política de Estado) de um direito é fundamental para o sucesso desse processo (FLORES, 2005, p.18).

Dentro de todo esse contexto das religiões de matriz africanas um papel protagonista se destaca, o de mulheres em sua grande maioria negras como lideranças legítimas e respeitadas de toda uma comunidade; aqui destacando-se um grande nome do candomblé baiano, ‘Mãe Stella de Oxossi’, uma notável líder que seguiu notáveis líderes mulheres que a antecederam a frente dos terreiros de candomblé sendo referências religiosas e por vezes também políticas de seus filhos de santo e de toda a comunidade candomblecista.

Para Campos (2003, p.29),

Maria Stella de Azevedo Santos nasceu em Salvador, Bahia, no dia 2 de maio de 1925. Filha de Esmeraldo Antigno dos Santos com Thomazia de Azevedo Santos, ela fazia parte de uma família negra de classe média. Apesar de bastante racista, a estrutura social de Salvador no início do século XX permitia certa mobilidade por meio de casamentos inter-raciais ou por ascensão econômica. A tia de Stella, por exemplo, dona Arcanja, era casada com um descendente de portugueses, José Carlos da Cruz Fernandes, e dona Theodora, sua avó, que tinha uma venda no mercado São Miguel, ascendeu socialmente graças ao comércio de peixe. Stella recebeu da avó Theodora “a herança do candomblé”. Esse legado muitas vezes representou uma carga para sua existência.

Este artigo busca justamente um resgate da história da mulher negra desde o período escravocrata até os dias atuais, se voltarmos ao passado da nossa própria história saberemos mensurar a dor, o sofrimento, a opressão que essas mulheres, nossas ancestrais viveram, se o feminismo negro até hoje ainda não se consolidou totalmente como nos moldes do feminismo europeu, muito se deve a este período tão marcante na identidade da mulher negra afro-brasileira, afro-americana como podemos observar em muitos escritos de intelectuais negros e negras americanas.

A exploração racista de mulheres negras como trabalhadoras, tanto no campo quanto no ambiente doméstico, não era tão desumana e desmoralizante quanto a exploração sexual. O sexismo dos patriarcas brancos do período colonial poupou homens negros escravizados da humilhação do estupro homossexual e de outras formas de assédio sexual. Enquanto o sexismo institucionalizado era um sistema social que protegia a sexualidade dos homens negros, ele legitimava a exploração sexual das mulheres negras. (HOOKS, 2020, p.51)



1.1- LIDERANÇAS FEMININAS NEGRAS

O histórico opressor por parte dos negros e negras trazidos para cá ainda no período colonial estão nessa estrutura consolidada nos dias atuais, é possível observar que muitas dinâmicas políticas atuais do capitalismo global ainda se entrelaçam com práticas e discursos notadamente coloniais, uma condição que tem implicações nas formas de se relacionar contemporâneas sejam elas sociais ou político-econômicas.

O amálgama entre distintas culturas proposto pelo contexto histórico colonial acarretou o crescimento de uma parte em detrimento da outra favorecendo desigualdade em termos econômicos que só cresceu, cada vez mais afastado de um ideal de equidade entre todos. O contato entre duas civilizações distintas em vários aspectos acarretou muitas questões que impactaram até hoje a vida dos ditos colonizadores e colonizados, o domínio dos mais avançados sobre os mais atrasados o que caracterizou as relações típicas e as formas pelas quais um domina o outro, reverberando suas existências desiguais com processos discriminatórios.

É a partir desse resgate histórico de opressão do período colonial que observamos a trajetória da mulher, evidentemente que da mulher negra, ressaltando não só toda a opressão em particular sofrida por ela, mas também o quanto isso serviu de base para que ela protagonizasse papel essencial na história de construção de um povo, de uma civilização, deixando um legado de resistência, coragem, bravura e luta pelos seus ideais de humanidade.

Para iniciar essa observação começamos por duas importantes figuras de mulher negra: a princesa Aqualtune e Mãe Stella de Oxóssi, ambas despertam para um importante aspecto que chama atenção, o predomínio da liderança feminina e uma centralidade do princípio feminino dentro dos cultos afro-brasileiros, bem como nas lendas africanas, principalmente no que concerne à mitologia que é fundamento e dá base a estes cultos em muitos cantos do Brasil.

Segundo Barbara (2002, p.9),

Ao longo do processo ritual, as sacerdotisas adquirem uma sabedoria sobre o corpo e através do corpo que as ajuda e as fortalece no desempenho de tarefas cotidianas, esse processo, abre a possibilidade corporal de criar e de orientar novas maneiras de viver. A experiência da fé transborda da força e alegria

327



evidenciadas nos rituais através do grande cuidado para e com o orixá, experiência que a condição histórica das mulheres negras trazidas ao Brasil como escravas, não conseguiu abalar. As mulheres afro-descendentes continuam no candomblé a cultuar suas divindades, continuam a louvar as águas, continuam, enfim praticando os preceitos das “antigas” como dizem as velhas sacerdotisas, dando força a si mesmas e conselhos a quem as procuram.

Como já mencionado anteriormente mesmo após a lei 10.639 ter sido construída a base de muitas reivindicações, muito pouco se tem em livros didáticos e paradidáticos acerca da cultura e história afro-brasileira e a história da princesa Aqualtune se insere nesta situação; Ressalta-se que as lendas são baseadas em pessoas reais, a princesa Aqualtune é pois um ancestral vivo, que deve ser do conhecimento de todos, porque sua história tem muito da nossa história e da nossa cultura, um símbolo de resistência que mais tarde daria à luz a mãe daquele que viria a se tornar um mártir da causa negra ‘Zumbi dos Palmares.’

[...] essas ligações por muito tempo foram esquecidas e desprezadas pelas narrativas literárias destinadas ao público infantil e juvenil. Entretanto, a partir do ano de 2003, com a promulgação da Lei 10.639/03, o mercado editorial e o sistema educacional passam a produzir e consumir literatura, história e cultura africanas e afro-brasileiras em resposta às ações afirmativas que reivindicam o reconhecimento e legitimidade da história desse povo. A partir disso, os escritores brasileiros voltaram os olhares para o continente esquecido, e passaram a inserir, nas narrativas infantis e juvenis, personagens negros com raízes nas histórias africanas e afro-brasileiras. Dentre esses personagens que, mesmo de maneira tímida começaram a aparecer na literatura, estão as princesas africanas. (SEGABINAZI, 2017, p.206)

Muitos nomes importantes de mulheres negras líderes e protagonistas têm ao longo da história do Brasil, muitos desses nomes nunca mencionados em documentos ou livros, é justamente para que se dê visibilidade a essas mulheres que o presente artigo apresenta duas dessas mulheres ao mesmo tempo que chama atenção para que mais pesquisas em torno dessas líderes apareçam e resistam ao cerco que o patriarcado nos enreda todos os dias.

Este debate se justifica como oportunidade de ampliar os conhecimentos, informações acerca da temática acima mencionada, estabelecer tal diálogo é conhecer um pouco mais da história da nossa cultura brasileira, uma vez que tal sincretismo afro-brasileiro só foi possível porque os negros escravizados trazidos para cá mantiveram suas

raízes; na ideia de não somente defender suas tradições, mas também para resistirem contra todo o sistema escravocrata vigente no período colonial e ainda assim passado todo o horror do período escravista ainda hoje os negros não podem exercer sua religião sem que sofra duras retaliações por parte de uma sociedade que não evolui.

Na certeza de que esse diálogo, a reflexão, respeito e equidade de direitos aconteçam mediados pela literatura e pelos estudos étnicos-raciais, construímos um efeito discutível acerca de verdades institucionalizadas, no século XXI, vigente modernidade, o preconceito arraigado deve ser combatido e desmistificado diante de tanto legado cultural que carregam as religiões de matriz africana e seu processo histórico. Ainda apresentamos também personagens que a história dominante escondeu, marginalizou, aniquilou, não deixando muita coisa em escrituras oficiais diante do que se tem da história branca europeia ratificada e oficializada como única a contar sua versão.

Por isso defende Oliveira (2008, p.2),

Não basta, portanto, a mera inclusão no mercado editorial e no espaço escolar de produções literárias que apresentam protagonistas negros (as), ou que delineiam as religiosidades de matrizes africanas, a cultura afro-brasileira, o continente africano e temáticas afins. Diante da propagação da inferiorização do segmento étnico-racial negro nos materiais didáticos e na literatura, mais ainda é necessário, na atualidade, redobramos a atenção em relação às produções nesse enfoque, pois, em virtude da Lei 10.639/03, a tendência é que haja investimento no mercado editorial, culminando com publicações e reedições nem sempre elaboradas com a devida qualidade estética e temática, no tocante à história e cultura africana e afro-brasileira, conforme exigência das Diretrizes Curriculares Nacionais (2005) que regulamentam a aludida lei.

Nesse sentido pesquisas que abordem essas questões são bem-vindas e corroboram juntamente com os movimentos sociais e políticas de afirmação da comunidade negra, uma vez que precisamos nos fazer ouvir, precisamos resistir e combater o racismo e todo seu histórico corrosivo à sociedade, a mulher negra ao longo do tempo foi subestimada e sofreu diferentes formas de opressão e ainda assim soube resistir e deixar um legado de bravura e luta.

1.2- O FEMINISMO NEGRO NA LITERATURA

Como exemplo de literatura africana temos “Aqualtune e as histórias da África” (lenda africana), somos apresentados à história de Maria, Guilherme e Aqualtune (Alice), três adolescentes que vão viajar para uma fazenda longe da cidade. O destino dos viajantes mirins pertencia à família de Maria e ficava localizado na Serra da Barriga, no Alagoas - cenário que faz parte de um contexto da época da escravidão que ocorrera anos atrás, mais precisamente no século XVII. Os jovens caçadores de aventura acreditavam que o ponto alto da viagem seria caçar vaga-lumes, mas na realidade estavam prestes a vivenciar uma grande aventura que transformaria suas mentes de maneira marcante.

A história se inicia dentro de um antigo casarão, que havia sido um engenho de cana-de-açúcar, o trio conhece Vó Cambinda e seu bisneto Kafil. Eles moram nas proximidades do casarão e são descendentes de escravos. Ao conhecer e participar um pouco mais da cultura quilombola, Alice se descobre parte importante de uma antiga lenda africana acerca da princesa Aqualtune e junto com seus amigos, enfrenta muitas aventuras para ir em busca da verdade por trás dessa antiga lenda.

Diante de um pequeno resumo dessa lenda africana somos levados a refletir alguns aspectos da questão negra dentro da literatura, situação bem atípica quando pensamos em leituras infanto-juvenis, a maioria delas apresenta traços de personagens europeus e tem sempre uma história com início, meio e fim bem conhecidos pelo público em geral. No ano de 2003 é instituída a lei 10639/03 já mencionada neste artigo, numa tentativa de se fazer conhecer e valorizar a cultura afro-brasileira, tornou-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, sendo públicas ou particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Diante deste novo quadro que se apresentava as leituras até então vigentes e hegemônicas tiveram que se readaptar frente aos novos tempos impulsionados pelos movimentos sociais de afirmação, bem como das políticas públicas reivindicadas por esses mesmos grupos. A partir daí as princesas negras puderam enfim aparecer e junto com elas muitas histórias e a cultura afro-brasileira e africana puderam finalmente ter alguma visibilidade, vale lembrar que os PCNs de 1998 já tratavam desta temática nos temas transversais como pluralidade cultural, mas a abrangência da questão só se tornou enfática com a lei citada acima.

Analisar como o perfil da mulher negra se dá nas lendas africanas especificamente “Aqaltune e as histórias da África”, bem como também à frente dos ilês de candomblé com mãe Stella de Oxóssi é fazer um resgate da história de um povo que se tornou escravo porque assim o condicionaram quando entraram em seus países ocasionando conflitos, guerras, disputas saqueamento de suas riquezas. Retirando sua dignidade quando o condicionaram a cruel condição de escravos, sem direito a nada e expostos a mais diversas formas de crueldade humana, o período que se deu o processo de escravidão no Brasil e vale lembrar que foram quase quatro séculos está na raiz na nossa identidade nacional o que significa que podem ignorar como muitos o fazem, mas não se pode apagar.

Desta forma retratar na literatura a cultura, história, tradições, religião, linguagens africanas é reconhecer que somos África também, é reconhecer que entre Brasil e África existe uma forte relação e uma dívida histórica impagável, uma reparação que nunca em tempo algum será alcançada frente a tudo que aconteceu aqui séculos atrás.

Nesse sentido é necessário este debate para uma um resgate e ao mesmo tempo valorização da cultura iorubá que herdamos de nossos irmãos africanos que aqui se estabeleceram para que ações de invisibilidade de nossa cultura e história não se perpetuem, pelo contrário que novas políticas públicas de ações afirmativas se juntem as que já estão em vigor, que os movimentos negros espalhados por todo o país cresçam ainda mais, se fortaleçam, porque é por meio dessas ações que resistiremos a toda opressão perpetrada pelo racismo estrutural e institucional da sociedade em que vivemos.

1.3- A CULTURA IORUBÁ

No decorrer do processo escravocrata onde predominou o tráfico clandestino de escravos, muitas culturas também aqui se estabeleceram, uma vez que os escravos eram de diferentes partes do continente africano, mas há um destaque para os escravos "Nagôs", designação comumente dada aos negros escravizados e vendidos na antiga Costa dos Escravos e que falavam o iorubá, os iorubanos ou iorubás são um povo do sudoeste da Nigéria, no Benim (antiga República do Daomé) e no Togo.

Tal cultura é pouco difundida na história da nossa identidade nacional, no entanto há um predomínio dela em território brasileiro, principalmente em Salvador, uma vez que lançadas ao Brasil por meio da escravidão, as culturas africanas reconstruíram cada uma com suas peculiaridades e idiossincrasias em diferentes graus, marcas profundas que lhes revelam extensão da alma. E em solo Baiano essa presença - que se recria hoje em importantes instituições como as comunidades de terreiro - é devida basicamente à cultura nagô, que trazida da África Ocidental, esteve entre o fim do século XVIII e o fim do XIX, como uma das últimas a serem escravizadas no Brasil.

Nestas comunidades foram radicados costumes, hierarquias, literatura, arte, mitologia, comportamentos, valores e ações que, mesmo dinamicamente reelaborados na diáspora, correspondem aos diversos reinos e regiões de onde procederam. O complexo cultural nagô no Brasil remonta suas origens às regiões que correspondem hoje ao sudoeste e centro da Nigéria e ao sul e centro da República de Benin [...] (SANTOS, 1993, p.42)

Destacamos aqui grupos étnicos como Ketu, Egba, Egbado e Sabé como sendo alguns dos segmentos nagôs que vieram para a Bahia provenientes da grande área iorubá que congregava sul e centro da atual República de Benim, ex-Daomé, parte da República do Togo e todo sudoeste a Nigéria.

E todos estes grupos dando destaque para os Kètu - contribuíram decisivamente a implantação da cultura nagô em Salvador, ressignificando suas instituições e procurando adaptá-las ao novo ambiente desconhecido, com o máximo de fidelidade aos padrões básicos de origem ainda que passando pelo intenso e cruel comércio que se desenvolveu entre a Bahia e a costa ocidental da África durante todo o século XIX até os anos iniciais que se seguiram à Abolição.

Para entender a supremacia da etnia yorubá-nagô na Bahia, é importante recordar que, nos últimos momentos do tráfico negreiro, um enorme contingente de escravos dessa região foi trazido para Salvador. Nesse momento, os núcleos familiares continuaram e foram tão desmembrados como no início da escravatura, permitindo uma maior manutenção da cultura e dos costumes. Nas palavras de Edison Carneiro, no clássico *Candomblés da Bahia*: "Os nagôs logo se consagraram numa espécie de elite e não encontraram dificuldade de impor, à massa escrava, a sua religião".

No que diz respeito aos negros muçulmanos (malês), uma minoria entre grupos étnicos pequenos, que poderiam ser rivais dos nagôs, pelo seu sectarismo, afastavam não só os escravos como toda a sociedade branca". A conhecida Mãe Aninha Obá Biyi (fundadora do ilê axé opô afojá, que mais tarde veio a ser comandado por Mãe Stella de Oxóssi), tinha como pais um casal de africanos da etnia grunci, chamados de Aniyó e Azambiyó, por obra do destino fora iniciada no candomblé pelos nagôs da Casa Branca do Engenho Velho, tendo a presença de Xangô, seu orixá, abençoando ainda mais as tradições iorubás em sua trajetória.

A influência africana no Brasil é enorme dado o passado de escravidão que perdurou por muito tempo, tempo suficiente para que a cultura ioruba aqui se instalasse definitivamente, tal influência é notória no comportamento, no andar, no falar, nas manifestações populares, folclore, literatura; Principalmente nas manifestações religiosas as quais foram enormemente enriquecidas pelas crendices, tabus, superstições, cantigas de roda, gastronomia africanas, a ponto de existir uma junção de aspectos católicos de diferentes religiões que se misturavam e é algo visto até os dias de hoje, sincretismo religioso.

Infelizmente a cultura ioruba não teve seu valor reconhecido o que denota algo muito negativo se levarmos em conta que no Brasil, onde o negro foi um dos mais importantes grupos étnicos na formação social, cultural, econômica e para onde ele foi trazido como escravo desde o período colonial por volta de 1530, sua contribuição não foi devidamente reconhecida. O Brasil enquanto sociedade não soube acolher e muito menos apreciar a grande riqueza cultural que aqui surgia e se misturaria formando uma amálgama afro-brasileiro, o que vemos ainda hoje é uma negação dessa cultura por meio de preconceitos raciais que envolvem não só a questão da cor da pele, mas também questões religiosas, culturais, étnicas, etc.

É ousado, mas possível de se afirmar, que a abolição da escravatura ainda não é fato consumado, pois sabe-se que longo tempo se passou, mas os dados e estatísticas envolvendo negros demonstram que as consequências deste período de escravização ainda possuem inúmeras “feridas” na atualidade, sobre as quais a sociedade deverá ainda dar conta: maior população vítima de violência, racismo, discriminação nos mais diversos ambientes e setores, desigualdades sociais, grande população negra carcerária, desigualdade de acesso e permanência nos muitos níveis de ensino; dentre outras. Poucos são os que



despertam para a efetivação de mudanças reais nestas questões. (LIMA, 2018, p.7)

Na contramão de todos esses aspectos negativos acerca da valorização da cultura afro-brasileira ressaltamos que tais padrões dominantes têm sido colocados em xeque pelos movimentos negros organizados que continuamente tencionam tal estrutura opressora por meio da imprensa negra, criação de jornais, manifestações artísticas como a música e o teatro, chamamos atenção para o Teatro Experimental Negro construído em 1944, um projeto idealizado por Abdias do Nascimento.

Muitos são os movimentos construídos ao longo dos tempos para que a comunidade negra pudesse ter seus direitos garantidos, inclusive questões de dignidade humana mesmo, uma vez que o racismo impacta diretamente não só física, mas mental e emocionalmente também; nesse sentido o Movimento Negro Unificado de 1978 com quase 41 anos, obteve conquistas importantes como a demarcação de terras quilombolas, a Lei 10.639, que prevê o ensino da história afro-brasileira nas escolas, o crescimento - ainda que insuficiente - na quantidade de pessoas negras nas universidades, e o fortalecimento da consciência racial dos jovens além de contribuir decisivamente para o desmantelamento do mito da democracia racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da pouca visibilidade que pautas como essas têm em espaços acadêmicos, um caminho já começou a ser percorrido por intelectuais, ativistas, militantes negros como Lélia Gonzales, Neusa Santos Souza, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento, Virginia Bicudo e tantos outros nomes não menos importantes nessa luta por ocupação de espaços de poder pela comunidade negra, os debates que esses vanguardistas propuseram acontecem desde a década de 70, mas infelizmente as universidades silenciaram estes teóricos, priorizando um currículo branco.

Muito embora tenha existido um epistemicídio em relação às produções dos intelectuais negros como diz Sueli Carneiro, eles abriram o caminho e levantaram estes debates e cabe a todos, principalmente dentro dos ambientes acadêmicos lê-los e

reverenciá-los para que esta caminhada seja sequenciada no sentido de garantir o espaço pelo qual tanto lutamos.

Outros importantes avanços surgiram no sentido de valorizar essa cultura afro-brasileira contemplados, por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais na forma de temas transversais que tratam da diversidade cultural, tal qual os PCNs também temos a lei 10.639/03 que trata justamente da implementação e valorização da cultura africana e afro-brasileira dentro das escolas.

Para que tal assunto por tanto tempo marginalizado e pouco difundido pudesse finalmente ganhar os lares escolares, familiares, acadêmicos e sociais, dessa forma permitindo que muitos brasileiros conheçam sua própria história, oficial e não distorcida pelas elites brancas e racistas deste país.

São questões relevantes de muito impacto social que precisam ser revistas junto à sociedade para que uma política de reparação histórica seja feita e isso pode começar por meio de políticas públicas voltadas para os negros, bem como o incentivo em massa para os movimentos sociais negros, sem os quais não sobreviveríamos a tantos casos de racismo existentes neste país, esses movimentos dão espaço e lugar de fala para os negros, principalmente dentro das universidades onde existe a política de cotas ainda tão atacada pela hegemonia branca que teme perder seus privilégios de maioria nos espaços de poder.

Para Lima (2018, p.7),

Ao averiguar o processo histórico e a abolição da escravatura, constata-se que ínfima ou nenhuma política pública foi providenciada para sanar tantas perdas de vida e de trabalho forçado, sustentado por tantos séculos. Quase ao mesmo tempo, incentivos à vinda de imigrantes europeus eram dadas, enquanto os “novos libertos” foram “jogados à própria sorte”. Concomitante a estas questões, a história transmitida de geração em geração elegeu as versões que sempre colocaram os brancos e homens como destaque, deixando de lado os inúmeros personagens negros que influenciaram e determinaram fatos importantes na história brasileira; como Zumbi dos Palmares que comandou o maior quilombo brasileiro.

É justamente por conta desse não-reconhecimento citado acima que tal compromisso na incorporação da comunidade negra brasileira ao mercado de trabalho, dentro das universidades, na política, na ampliação da educação formal, enfim na criação das condições infraestruturais de uma sociedade de classes que diminua os estigmas

criados pela escravidão deve ser um compromisso adotado por todos numa postura antirracista. A imagem do negro enquanto povo e o banimento, no pensamento social brasileiro, do conceito de "raça", substituído pelos de "cultura" e de formação da identidade nacional brasileira, são as expressões maiores desse compromisso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÁRBARA, Rosamaria. *A dança das iabás: dança, corpo e cotidiano das mulheres de candomblé*. Tese (doutorado em sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. São Paulo: Pioneira, 1985 [1960].

CAMPOS, Vera Felicidade de Almeida. *Mãe Stella de Oxóssi: perfil de uma liderança religiosa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2003.

FERREIRA, AJ. Org. *Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

FLORES, Herrera. "La verdad de una Teoría Crítica de los Derechos Humanos". In MOURA, Marcelo Oliveira de. *Irrompendo no Real. Escritos de Teoria Crítica dos Direitos Humanos*. Pelotas: Educat, 2005.

HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e o feminismo*/Bell Hooks; Tradução Bhuvi Libanio.- 3º ed.-Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

LIMA, Fabiana Ferreira de. "Personalidades negras?! Só conheço zumbi, professora!" - a construção do "herói" e a invisibilização do negro na história. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 10, n. Ed. Especial, p. 05-21, jun. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/383>>. Acesso em: 30 dez. 2020.

MAIO, M.C e SANTOS, R.V.; Orgs. *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MASSA, Ana Cristina. *Aqultune e as histórias da África*. Paraná: editora Gaivota, 2012.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. *Literatura afro-brasileira infanto- juvenil: enredando inovação em face à tessitura dos personagens negros*. In: Congresso internacional da ABRALIC, São Paulo, 2008.

SANTOS, D. M. dos, & SANTOS, J. E. dos. (1993). *A cultura nagô no Brasil - Memória e continuidade*. *Revista USP*, (18), 40-51. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i18p40-51>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25990/27721>. Acesso em: 26 dez. de 2020.

SEGABINAZI, Maria Daniela. *As princesas africanas na literatura juvenil: do branqueamento silenciador ao protagonismo questionável*. Caderno Seminal Digital, v.1, nº27, 2017, Pag. 203-244.

Recebido em 15/03/2020

Aceito em 16/02/2021